## **Maura Soares**

Assunto: FW: Consulta Pública | Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII

**Importância:** Alta

De:

**Enviada:** 23 de abril de 2025 21:52

Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>

Assunto: Consulta Pública | Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII

Importância: Alta

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados,

Na qualidade de cidadão e membro da sociedade civil que tem acompanhado com atenção o processo relativo à RAMPA, venho, por este meio, manifestar a minha convicção de que o mesmo carece de uma revisão.

Embora apoie firmemente a criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMP), considero que, à luz dos estudos disponíveis, não é evidente que a pesca de tunídeos através da técnica de Salto e Vara tenha um impacto significativo nestas zonas protegidas. Esta técnica, como é do conhecimento geral, opera a uma profundidade máxima de apenas três metros, o que levanta dúvidas quanto à sua efetiva interferência nos ecossistemas marinhos das referidas áreas.

Adicionalmente, importa referir que os estudos realizados até à data não contemplaram dados relevantes para uma análise rigorosa da situação, nomeadamente os Diários de Pesca e a informação recolhida pelo Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA).

Face ao exposto, considero fundamental que o processo em questão seja revisto, com especial enfoque nas zonas dos Bancos Princesa Alice e Formigas e o Dom João de Castro — três das AMPs mais importantes para este tipo de pesca, segundo o atual enquadramento.

Ponta Delgada, 23 de Abril de 2025

Com os melhores cumprimentos,

Pedro Miguel Tavares de Melo